

# MÍSTICA E ESPECULAÇÃO – Parte I (2008)

Aluno: Roberto Carlos Pignatari

## 1. Ausência e Simultaneidade Perene

Pensar a transcendentalidade bem poderia soar a princípio contraditório e, em realidade, o próprio reverso de seu intento. Afinal, pensar o que primeiramente permite o pensar é já momento segundo do pensar. Quando se inquirir a respeito do *prius* de sua possibilidade, o perquirir busca seu momento fundacional e primário, e tal é a explícita proposta de Kant e dos que se lhe seguiram. A possível contradição, porém, não está localizada na reflexão a respeito da seqüência dos momentos próprios do pensar, mas na própria reflexão, em seu si-mesmo. O ato reflexo supõe o reflexionar da consciência sobre si, estabelecendo nesta (o que foi interpretado no mais das vezes, notadamente na tradição idealista, como auto-consciência) a instância apriorística da fundamentação do pensar. Entretanto, a consciência primeira não se vê em reflexo, tampouco no *flexus* da captação do *ob-jectum*, e nem ainda no *fluxus* do jorro interno do pensar a se expressar. A consciência se funda na ausência. Manifesta-se na imediatez da simultaneidade. Constitui-se essencialmente na perenidade da atemporalidade.

Nestas linhas, pretende-se esboçar uma possibilidade de se investigar (e eventualmente postular), na esteira da pesquisa fenomenológica husserliana e existencial (embora com divergência principial), a imediatez da ausência como ato instituinte primeiro e perene à [co(i)n]ciência, momento fundante da vivência e (in)tenção plenificante dos conteúdos conscientes (preenchimento, na terminologia husserliana), qual [co(i)]nstituição (instauração) da dado conhecido. Para além do truísmo redundante, presença supõe ausência não no *kronos* linear, mas como simultaneidade imediata, sem o movimento de mediação que fabrica, na paciência do conceito<sup>1</sup>, sua própria estrutura e a “vende” como anterior. Situando-se fora da linearidade temporal, o ato institucional primevo não constitui estrutura e seqüência, porém é o próprio *locus* (instância) instituinte da ausência, cuja pura e simples definição apresenta a simultaneidade não mais como possibilidade, mas como toda a realidade sem termo, e-terna, atemporal. Nesta acepção, contrariamente à concepção e/ou fundamentação kantiana, ato primevo não compõe movimento (dado que não há tempo), porém se presencia como instância da ausência. A instância primordial/primeva do *ens* comporta a diferença ontológica em simultaneidade previa e anterior à entificação (determinação).

Husserl trabalha tal anterioridade (co)nstituente, o caráter primacial ou “primeiridade” por assim dizer, a partir da vivencialidade da intencionalidade, fixando-a porém em ato reflexo na quebra da “consciência natural”. Esta, situada no senso comum não problematizado, seria acrítica e não consciente dos momentos em que se desdobra para atingir sua finalidade, ou seja, não se dá conta “do que está por trás” ou “a priori” do seu conhecimento. É-lhe implicitado o conteúdo consciente de tal estruturação

---

<sup>1</sup> Tradicional expressão utilizada para definir a filosofia idealista desde sua origem em Kant, usada principalmente para caracterizar o sistema hegeliano, e celebrizada, entre outros, por Gerard Lebrun em *La Patience du Concept* Paris: Gallimard, 1972. Cf. IDEM, *Kant et la fin de la métaphysique* Paris: Armand Colin, 1970 (há traduções brasileiras das duas obras do autor). Vide também as clássicas obras de História da Filosofia de Émile Brehier e François Chatelet a respeito.

apriorística do conhecer. Nesse sentido, explicitação equivale a conscientização, e esta, neste momento do ato cognitivo, ao movimento reflexo. Numa palavra: reflexionar = explicitar = conscientizar. O reverso: “natural” = implicitude = senso comum. Vê-se a identificação entre o *pléo/plexio* e o *flexus* como momentos constituintes do pensar transcendental, posto que estes, enquanto *prius* à consciência reflexa e lhe sendo na verdade a própria condição de se por (no vetor retroativo *trans*, ou seja, além ou fora do dado imediato), situar-se-iam anteriormente à vivência em si.

## 2. Parelelos Histórico-Conceituais

No desenvolvimento de sua pesquisa fenomenológica, Husserl estabelece a *intentio* em momento distinto da apreensão categorial do *ob-jectum*, a qual por sua vez situa em etapa retroativa da consciência, a compor  $\upsilon\pi\omicron\chi\epsilon\iota\mu\epsilon\nu\omicron\nu$ , ou seja, o movimento do sujeito cognoscente subjacente à suspensão conceitual ( $\epsilon\pi\omicron\chi\epsilon$ ) ante a realidade, levado a efeito pela intuição das essências, cuja culminância situa-se na postulação do Eu Transcendental. A *intentio* não somente possui vetor diverso da *intuitio*, mas igualmente momento e valoração diferenciados (HUSSERL, 1975: pp. 19-25). Caracterizam respectivamente o externo e o interno, ou ainda: o *plexio* interior (implicitude) e exterior (explicitude). O matiz emprestado por Husserl ao conceito contido neste termo que, semântica e mesmo historicamente, verteu a conceitografia no ocidente latino de *substractum* (e mesmo *substantia* - a realidade substancial), além de corroborar o movimento seqüencial da implicitude para a explicitude, evidencia a herança traditiva por ele assumida, dentro da qual se move na elaboração de sua conceituação fenomenológica.

A fenomenologia sabidamente percorreu caminhos vários, convergindo junto a correntes e pesquisas no interior das quais viria adquirir novos significados e possibilidades (em alguns casos, pouco haveria de restar da pesquisa original husserliana). De início, por meio dos sucessores imediatos de Husserl, seu aluno Martin Heidegger e seu “discípulo” Max Scheler, o movimento fenomenológico caminha para a análise da existência enquanto tal, ou a realidade considerada em sua significação e valoração como ente relacional – mundanidade, e/ou a relação entre ambos - *lebenswelt* (pesquisa que Husserl já iniciara e à qual se dedicou em suas obras posteriores). A fenomenologia constrói-se então como analítica existencial e axiológica, e igualmente como ontologia, no que também é trabalhada, em relação com a herança neokantiana e idealista, por Nicolai Hartmann. Antes porém de tentar visualizar as principais teses, quanto ao conhecimento e suas condições, da fenomenologia existencial, importa verificar abordagens diferenciadas com relação à temática em pauta, dentro de correntes que, mesmo não desenvolvendo conceitualizações convergentes à consciência reflexa e transcendentalidade, apresentam análises e resultados que as aproximam, em pontos capitais, das vertentes existencial e ontológica.

Na tentativa de estabelecer o *prius* não mais na consciência reflexa ou transcendental, porém na *intuitio*, Henri Bergson tratará, em sua pesquisa a respeito do movimento primevo do pensamento, de aprofundar aspecto essencial e paralelo à fenomenologia existencial: a temporalidade própria do conhecer em consonância à realidade tal como se dá à consciência, nesta definindo a imediaticidade do sentido temporal como totalidade e duração. Na imediatez que capta o real como *intuitio*, e lhe

apreende o sentido como racionalidade a se delinear na seqüência de dados (duração), fixa Bergson a essência do ato cognitivo, postulando não a consciência situada na transcendentalidade, porém a intuição imediata como originária do conhecer humano (BERGSON: 1974, p. 25; pp. 71-74). E, ao retomar tais postulados e avançá-los no escopo da fenomenologia então em voga, Gaston Bachelard termina por fixar a *intuitio* no instante (ao qual define como poético) e no espaço da *ars*, em que a temporalidade não mais se apresenta então como duração, porém como instante da totalidade do real intuída no espaço criativo, antes que especulativo (BACHELARD: 2007, pp. 17ss; 95-107).

Se o pensar intuitivo de Bergson e Bachelard trata de visualizar, na consciência, o dado imediato captado numa temporalidade por assim dizer anacrônica, além de localizar, no instante atemporal poético, o dar-se instaurativo da ontologia, nem por isso deixa de se estabelecer, desenvolver-se e aclarar-se no interior de esquematização oriunda de movimento duplo e seqüencial. Permanece ainda a consciência “comum” ou “natural” afastada e/ou seccionada de seu anterior momento fundante e estruturalmente apriorístico à sua possibilidade. Nesse sentido, não obstante o intento motor de sua obra, a pesquisa bergsoniana/bachelardiana mantém a dualidade por assim dizer característica do pensamento transcendental, ainda que tenha surgido como contraponto conceitual a este. Com efeito, mesmo quando trabalha o instante poético intuído como momento único de apreensão do ser totalidade no espaço (in)determinado, Bachelard o situa em vetor anacronicamente desvinculado da espontaneidade inerente à consciência entendida “comum”. No interior da tentativa do esboço de pensamento intentado nestas linhas, a simultaneidade imediata da ausência como que prescinde da duplicidade e/ou diferenciação da temporalidade em  $\kappa\rho\nu\nu\sigma$  e  $\alpha\iota\omega\nu$  (na tradição cristã, estabelece-se uma temporalidade firmada em  $\kappa\alpha\iota\rho\sigma$ ), bem como da espacialização delimitada nos *mathema* e ilimitada na *ars*. Intenta-se na simultaneidade a ausência de *plexio* a reclamar o *flexus*, posto que a atemporalidade carrega a significação da totalidade como e-ternidade, como perenidade imediatamente presente.

Tentativas de pensar a perenidade/imediaticidade do ilimitado absoluto como ponto de partida e fundamento do conhecer remontam ao Medievo, tendo atingido um de seus pontos mais sublimes na filosofia de são Boaventura, quando reelabora o argumento ontológico anselmiano na perspectiva por assim dizer dos *transcendenthalia*, quais sejam: o(s) elemento(s) fundante(s) e determinante(s) de todo o processo cognitivo a ser erigido pelo espírito humano (BOAVENTURA, *Itinerarium*, III, 3; V, 4). Por seu turno, já dentro do período moderno, e no entendimento de que todo ato cognitivo se dá e se estabelece no âmbito do absoluto sagrado, a filosofia de Malebranche é exemplo clássico: “*nous voyons toutes les choses en Dieu*”, o que foi definido pela posteridade, com juízo “condenatório”, como *ontologismo* (MALEBRANCHE, 2004: pp. 190-199), encontrando nas obras de Antonio Rosmini e principalmente de Vincenzo Gioberti, reelaboração ampliadora e continuidade sistematizante (cf. VANNI ROVIGHI: 1999, pp 38ss e 52ss).

## Referências Bibliográficas

BACHELARD, Gaston *A Intuição do Instante* Campinas: Verus Editora, 2007.

BERGSON, Henri *Introdução à Metafísica* São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_ *A intuição filosófica in Conferências* São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BOAVENTURA DE BAGNOREGIO *Itinerário da mente para Deus* Braga: Faculdade de Filosofia, 3ª edição, 1986.

HUSSERL, Edmund *Investigações Lógicas – sexta investigação* São Paulo: Abril Cultural, 1975.

KANT, Immanuel *Crítica da Razão Pura* São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_ *Prolegômenos* São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MALEBRANCHE, Nicolas *A Busca da Verdade – textos escolhidos* São Paulo: Paulus/Discurso Editorial, 2004.

VANNI ROVIGHI, Sofia *História da Filosofia Moderna– da revolução científica a Hegel* São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_ *História da Filosofia Contemporânea – do século XIX à neoescolástica* São Paulo: Loyola, 1999.